

O TRATAMENTO DA SUBJETIVIDADE NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

THE STUDY OF SUBJECTIVITY IN FUNCTIONAL DISCOURSE GRAMMAR

George Henrique Nagamura

Unesp - São José do Rio Preto

RESUMO: O presente trabalho se propõe a apresentar observações a respeito do conceito de subjetividade, com o intuito de delinear seu possível estudo sob a ótica da Gramática Discursivo- Funcional, uma teoria relativamente recente, que apresenta como uma de suas características principais sua adequação aos estudos tipológicos. Embora haja um certo consenso sobre sua conceitualização, o termo “subjetividade” ainda é muito vago, sendo descrito muitas vezes como a simples manifestação do sujeito falante por meio da língua. A natureza vaga dessa conceitualização permite a conclusão de que todo e qualquer uso da língua é subjetivo, o que não colabora para seu uso em um estudo descritivo da língua. No presente estudo, serão mostrados alguns pontos em que a subjetividade é abordada na GDF e, em seguida, será discutido o tratamento da subjetividade para que sejam apontados alguns caminhos na realização desse tipo de estudo. Espera-se demonstrar por meio dessa discussão que somente uma caracterização semântica da subjetividade não é suficiente para o estudo do fenômeno, sendo necessário utilizar parâmetros gramaticais para que seja realizada uma abordagem mais objetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática Discursivo-Funcional; subjetividade; testes gramaticais

ABSTRACT: The present work aims at providing observations on the concept of subjectivity, in order to establish possible guidelines to its study from the perspective of the Functional Discourse Grammar, a relatively new theory, which presents as one of its main features the adequacy to typological studies. Although the concept is fairly familiar and largely used in the field of linguistics, the term “subjectivity” is still somewhat vague, being often described simply as the expression of the self by means of language. The vagueness of this description allows the assumption that each and every usage of the language is subjective, which does not collaborate to descriptive study of language. It will be shown in the present work a few points where subjectivity is treated in FDG and a discussion of the study of subjectivity, in order to establish some guidelines to the study of subjectivity in the afore mentioned theory. The discussion will hopefully demonstrate that the solely semantic description of subjectivity is not enough to the study of the phenomenon and that the employment of grammatical standards is necessary to a more objective approach.

KEYWORDS: Functional Discourse Grammar; subjectivity; grammatical tests

1. Introdução

De acordo com Finegan (1995, p.1), em alguns contextos, a subjetividade é entendida como algo "não verificável, suspeito, tendencioso", em oposição ao conceito de

objetivo, especialmente em contextos científicos. Em grande parte dos trabalhos realizados na área da linguística, entretanto, a subjetividade é definida como a representação do falante e de sua perspectiva em seu discurso. Apresentamos abaixo duas concepções de subjetividade, a título de exemplificação.

a forma em que as línguas naturais, em sua estrutura e sua maneira normal de operação, fornecem meios para o agente locucionário expressar a si mesmo e suas atitudes e crenças. (LYONS, 1982, p. 102, apud FINEGAN, 2005, p.2-3)

O discurso implica, em primeiro lugar, a participação do sujeito em sua língua por meio de sua fala, como um indivíduo. Utilizando a estrutura anônima da *langue*, o sujeito forma e transforma a si mesmo no discurso que comunica ao outro. A *langue*, comum a todos, se torna, no discurso, um veículo de uma mensagem única. A mensagem pertence à estrutura particular de um dado sujeito, que imprime um selo específico sobre a estrutura necessária da *langue*. Sem se dar conta, então, o sujeito deixa sua marca na *langue*. (KRISTEVA, 1989, p. 11, apud FINEGAN, 1995, p.1-2)

O que é comum a essas duas concepções de subjetividade é o fato de que, necessariamente, para expressar a subjetividade, o falante tem que recorrer à língua, utilizando seus recursos disponíveis. Entretanto, podemos notar a diferença na amplitude da caracterização da subjetividade em cada uma dessas definições: para Lyons, a língua oferece formas para a expressão da subjetividade, enquanto para Kristeva, o simples uso da língua já seria o suficiente para a expressão da subjetividade, ou seja, a língua em todos os seus aspectos.

No presente trabalho, pretendemos mostrar alguns pontos em que a subjetividade é tratada na Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), não com o intuito de apresentar um trabalho exaustivo, mas de apontar caminhos para o estudo da subjetividade, na perspectiva da GDF. A escolha do tratamento da subjetividade por meio da teoria da GDF se dá por diversos motivos. Em primeiro lugar, por se tratar de uma teoria relativamente nova, o que significa que não há muitos estudos publicados sobre o assunto em relação a essa teoria; em segundo, o fato de sua abordagem *top-down* poder acomodar o papel do falante na expressão de si mesmo; em terceiro, o fato de a GDF reconhecer instâncias da linguagem superiores à oração, o que permite o pesquisador a identificar formas de expressão da subjetividade relacionadas à interação entre os participantes no discurso; em quarto, a organização em Níveis e Camadas da GDF permite uma caracterização mais específica e detalhada dos

meios gramaticais de expressão da subjetividade; por fim, mas não menos importante, como uma abordagem funcional, a GDF não entende a língua como unidades que operam em uma relação unívoca entre forma e função, o que significa que uma dada unidade pode realizar um número diverso de funções e, da mesma forma, que uma certa função pode ser realizada por um número diverso de formas.

Este artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente, apresentaremos um breve resumo da teoria, com o intuito de situar as discussões levantadas; em seguida, apresentamos os pontos principais em que a subjetividade é tratada na GDF; depois, passamos à discussão do tratamento da subjetividade, já indicando alguns caminhos para esse tipo de trabalho; por fim, as considerações finais.

2. A Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld&Mackenzie (2008), é concebida como o componente gramatical de um modelo de interação verbal, no qual ele se liga a um componente conceitual, um componente contextual e um componente de saída. A GDF apresenta uma estrutura rigorosamente *top-down*, iniciando com a intenção do falante (no componente conceitual), passando pelo componente gramatical e interagindo com o componente contextual, até a articulação (componente de saída). De acordo com estudos de psicolinguística, esse modo de organização se parece mais com o processamento da língua no indivíduo. Isso também se reflete na estrutura do componente gramatical, na qual as escolhas pragmáticas determinam as escolhas semânticas, que por sua vez serão codificadas no nível morfossintático e, por fim, fonológico.

A estrutura da GDF é dividida em níveis e camadas. Cada nível é estruturado de maneira diferente, com suas próprias camadas, sempre organizadas hierarquicamente. Em sua formação máxima, a estrutura geral das camadas se dá da seguinte forma:

$$(01) \quad (\pi v1: [\text{head } (v1)\Phi]: [\sigma (v1)\Phi])$$

V1 representa a variável da camada em questão, que é restringida por um núcleo (head), que pode, ainda, ser restringida por um modificador (σ), que toma a variável como seu argumento. As camadas podem, ainda, ser especificadas por meio de um operador (π) e

carregar uma função (Φ). Enquanto os núcleos e os modificadores são estratégias lexicais, os operadores e as funções são estratégias gramaticais. Embora, de maneira geral, a estrutura das camadas seja organizada de forma hierárquica, há também relações de equipolência, como, por exemplo, a relação entre o núcleo e o modificador. As relações de equipolência são representadas por colchetes.

São quatro os níveis descritos na GDF, a saber, o interpessoal, o representacional, o morfossintático e o fonológico. Por questões de espaço e para focar em nossos objetivos, nos determos mais à descrição dos níveis interpessoal e representacional. Basta saber, por hora, que os níveis morfossintático e fonológico se encarregam da codificação do conteúdo gerados nos níveis interpessoal e representacional, e, que esses dois níveis de codificação também possuem sua própria estrutura de camadas.

O nível interpessoal captura todas as distinções que se referem à interação entre o falante e o ouvinte. A camada mais alta deste nível é o Move (M), que pode ser definido como uma contribuição autônoma para a interação em curso. Pode tanto pedir uma reação, quanto ser a própria reação a outro pedido. Um Move pode ser composto de um ou mais Atos discursivos (A), que constituem a camada seguinte. Cada Ato discursivo pode conter os seguintes componentes (todos em relação de equipolência): uma ilocução (F), o falante (P_S), o ouvinte (P_A), e o Conteúdo comunicado (C). Considerando a referência e a atribuição como ações pragmáticas, isto é, que provocam mudanças na informação pragmática do ouvinte, a GDF inclui os subatos de referência (R) e atribuição (T) como uma camada abaixo do Conteúdo comunicado. Podemos resumir essa descrição da seguinte forma:

(π M1: [Move
(π A1: [Ato discursivo
(π F1: ILL (F1): Σ (F1))	Ilocução
(π P1: ... (P1): Σ (P1))S	Falante
(π P2: ... (P2): Σ (P2))A	Ouvinte
(π C1: [Conteúdo comunicado
(π T1: [...] (T1): Σ (T1)) Φ	Subato atributivo
(π R1: [...] (R1): Σ (R1)) Φ	Subato referencial
] (C1): Σ (C1)) Φ	Conteúdo comunicado
] (A1): Σ (A1)) Φ	Ato discursivo
] (M1): Σ (M1))	Move

O nível representacional lida com o aspecto semântico das unidades lingüísticas. Enquanto no nível interpessoal é realizada a evocação, no nível representacional é

3.1. Modalidade

As modalidades, como afirma Dall'Aglio-Hattner (1995), são caracterizadas por ser um campo de difícil compreensão, com limites ainda não estabelecidos. Para corroborar sua informação, a autora cita diversos autores que comentam sobre essa dificuldade. Trazemos o seguinte exemplo citado por ela: “Modalidades parecem recobrir um campo viscoso da linguagem, espécie de pântano misterioso e perigoso, que ameaça engolir os que aí se aventuram”. (PULILLO, 1989, p. 2, *apud* DALL'AGLIO-HATTNER, 1995, p. 2)

Mesmo a definição do conceito não é tarefa fácil. Cervoni (1989) inicia seu texto sobre modalidades com o subtítulo “Definição provisória”, em que comenta: “A maioria dos linguistas que abordam a modalidade enfatizam que se trata de um campo particularmente difícil de apreender e apresentam o ponto de vista que adotam como provisório, experimental, *heurístico*” (CERVONI, 1989, p.55). Feita essa ressalva, o autor apresenta sua definição de modalidade como uma manifestação de subjetividade a respeito de um conteúdo dito. Essa definição, porém, tem o inconveniente de ser muito ampla, pois abarca outros conceitos ligados à subjetividade, como a conotação. O autor afirma, então, que é necessário fazer uma série de exclusões para restringir o conceito de modalidade.

Talvez por esse motivo, Hengeveld (1988) prefere não oferecer um conceito para definir o fenômeno da modalidade como um todo. De acordo com o autor, “as diferentes distinções semânticas geralmente classificadas sob o rótulo ‘modalidade’ não parecem representar uma categoria semântica única e coerente”. Em vez de oferecer uma definição de modalidade em geral, ele distingue três tipos de modalidade e discute as características de cada um deles. A modalidade inerente se refere aos meios linguísticos por meio dos quais um falante pode caracterizar a relação entre um participante em um estado-de-coisas e a realização potencial desse estado-de-coisas. A modalidade objetiva se refere aos meios linguísticos por meio dos quais um falante pode avaliar a realidade de um estado-de-coisas em termos de seu conhecimento sobre os estados-de-coisas possíveis. A modalidade epistemológica, por fim, se refere aos meios linguísticos por meio dos quais um falante pode expressar seu comprometimento com relação à verdade de uma proposição.

Esses tipos de modalidade são apresentados na GDF, sob os rótulos de **modalidade orientada para o participante**, **modalidade orientada para o evento** e **modalidade orientada para a proposição**. Outra distinção realizada dentro da categoria da modalidade tem relação com o **domínio da modalidade**, ou seja, a perspectiva por meio da qual a avaliação modal é realizada. São cinco os domínios modais listados: **facultativo**, relacionado às habilidades intrínsecas ou adquiridas; **deôntico**, relacionado a avaliações morais ou legais; **volitivo**, relacionado ao desejo; **epistêmico**, relacionado ao conhecimento sobre o mundo real; e **evidencial**, relacionado à fonte da informação apresentada.

A seguir, seguem exemplos dos domínios de modalidade, retirados de textos da internet:

Modalidade Facultativa:

(02) “Todo mundo **é capaz de** dominar uma dor, exceto quem a sente”.

Modalidade Deôntica:

(03) “A Lei de Execução Penal estabelece que, na ausência de um estabelecimento penal adequado, o condenado **deve** cumprir a pena em local distinto ou em regime mais favorável”.

Modalidade Volitiva:

(04) “Europa precisa mesmo de crescimento' e **é 'desejável' que** Grécia fique no euro”.

Modalidade Epistêmica:

(05) “12 notícias de marketing que você **talvez** não tenha visto”.

Modalidade Evidencial:

(06) “**Sabe-se que** a violência contra a mulher não afeta apenas as mulheres pobres”.

A partir dessas duas distinções (a do alvo e do domínio da avaliação), temos 10 combinações possíveis (algumas combinações não são logicamente permitidas). As modalidades orientadas para o participante podem ser facultativas, deônticas ou volitivas. As modalidades orientadas para o evento podem ser facultativas, deônticas, volitivas e

epistêmicas. As modalidades orientadas para a proposição podem ser volitivas, epistêmicas e evidenciais.

Outra forma de observar a modalidade é analisar as diferenças entre modalidades **objetivas** e **subjetivas**. Esse tipo de caracterização é observada em diferentes trabalhos sobre a modalidade, incluindo o de Hengeveld (1987, 1988, 1989, 2004) e também na GDF. Basicamente, as modalidades objetivas se referem à avaliação do falante sobre um estado de coisas em termos de seu conhecimento, enquanto as modalidades subjetivas se referem ao comprometimento do falante com relação à veracidade do conteúdo da predicação. As modalidades objetivas incluem as modalidades orientadas para o participante e para o evento, enquanto as modalidades subjetivas incluem a modalidade orientada para a proposição. A distinção entre modalidades objetivas e subjetivas será discutida com mais detalhes na seção 4, adiante.

Na GDF, a modalidade é expressa por meio de operadores e modificadores no Nível Representacional. As modalidades orientadas para o participante seriam expressas por meio de operadores e modificadores da camada das Propriedades Configuracionais (f); as orientadas para o evento, na camada do Estado-de-Coisas (e); e, por fim, as orientadas para a proposição, na camada do Conteúdo Proposicional (p).

3.2. Atitude do falante com relação ao Conteúdo Comunicado

A atitude do falante com relação ao Conteúdo Comunicado é expresso por meio de modificadores que atuam nessa camada, como os advérbios *(un)fortunately* e *luckily*, em inglês (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.103). Contudo, os autores não oferecem mais nenhuma explicação sobre esse modificador, deixando incerto o motivo pelo qual é classificado dessa maneira.

De certa forma, essa falta de informações sobre o modificador atitudinal de (C) é agravada pela classificação diversa que é atribuída ao item *fortunately*. Embora seja um fenômeno comum e previsto pelo tratamento funcional, a multiplicidade de funções de um item torna-se um problema quando não há explicações que permitam essa distinção. Uma das funcionalidades de *fortunately*, por exemplo, é a modificação de um Subato Atributivo (T), como em *a fortunately slim publication* (idem, p.111). Nesse caso, a diferenciação não é tão problemática, pois é possível inferir que o escopo da avaliação *fortunately* incide somente sobre a atribuição da propriedade *slim*. A posição mais alta na hierarquia do modificador atitudinal de (C) pode ser notada observando seu comportamento em línguas

em que o predicado é estritamente localizado no final da oração. No coreano, por exemplo, modificadores atitudinais de (C), como *tahayngghi* (felizmente), podem somente ocorrer no início da oração, conforme apontam Hengeveld e Mackenzie (p.315):

- (07) Tahayngghi John-i Mary-ka chayk-ul ilk-key hayessta.
Fortunately John-NOM Mary-NOM book-ACC read-NMLZ cause.PST
'Fortunately, John caused Mary to read a book'
"Felizmente, John fez com que Mary lesse um livro"

Ao mesmo tempo, mesmo línguas em que o predicado é colocado estritamente no início de orações, como, por exemplo, o gaélico escocês e o tagalog, a posição mais alta do modificador atitudinal na hierarquia permite que ele seja colocado na posição inicial da oração. Podemos observar essa característica no exemplo abaixo, do gaélico escocês, em que o modificador *gu fortanach* (felizmente) precede o predicado:

- (08) Gu_fortanach bha caraid a' fuireach faisg orm.
Fortunately be.PST friend PROG dwell near on-1.SG
'Fortunately, there was a friend of mine living near me.'
"Felizmente, havia um amigo meu morando perto"

3.3. Atitude subjetiva com relação à entidade designada pelo Subato Referencial

A subjetividade com relação à entidade designada pelo Subato Referencial é expressa por meio de modificadores da camada do Subato Referencial (R). Os exemplos desse tipo de modificador seguem abaixo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.121):

- (09) a. No one was paying attention to the poor fellow.
'Ninguém estava prestando atenção ao pobre rapaz.'
b. No one was paying attention to poor me.
'Ninguém estava prestando atenção ao pobre de mim'
- (10) a. I feel sorry for old Bill.
'Sinto pena do velho Bill'
b. Don't forget to send a letter to little old me.
'Não se esqueça de mandar uma carta para euzinho aqui'

Nesses casos, os adjetivos apresentados não restringem a aplicação de seus núcleos: em (09) a condição econômica não entra em questão, em (10a) a idade de Bill não é relevante, assim como o tamanho do falante, em (10b).

Esse tipo de modificador também é encontrado na língua portuguesa, como pode ser observado no exemplo abaixo, retirado da internet:

(11) Ninguém pode ajudar esse pobre rapaz? Ele não é nada fotogênico...

Neste exemplo, o adjetivo *pobre* qualifica o indivíduo como alguém que precisa de ajuda, mas o Ato Discursivo “Ele não é nada fotogênico” explica que a ajuda solicitada não é de natureza financeira, favorecendo a interpretação subjetiva do adjetivo. A diferença entre as leituras subjetiva e objetiva fica mais clara no exemplo abaixo, retirado da tradução do título do romance de Irwin Shaw, *Poor Rich Man*:

(12) Pobre homem rico

Nesse exemplo, o adjetivo *pobre* não se refere à condição econômica, tanto é que sua ocorrência se dá no mesmo contexto que seu antônimo (rico).

Em um trabalho sobre a abordagem da GDF em sintagmas nominais, Hengeveld (2008) mostra que os modificadores de sintagmas nominais podem assumir as seguintes funções:

- Σ^R Subjective attitude (atitude subjetiva)
- σ^x Referent modification (modificação de referente)
- σ^f Reference modification (modificação de referência)

De acordo com o autor, modificadores de R são aplicados no Nível Interpessoal e expressam a atitude do falante com relação ao referente do termo. Modificadores na camada mais alta do Nível Representacional dentro da estrutura do sintagma nominal (x) especificam as propriedades da entidade denotada como um todo. Modificadores na camada mais baixa do sintagma nominal (f) especificam subpropriedades da propriedade expressa pelo núcleo nominal, em vez da entidade denotada como um todo. Para ilustrar a diferença entre esses três tipos de modificadores, Hengeveld apresenta os três exemplos abaixo (p.49):

(13) Oh my god, the **poor** (Σ^R) doctor was going to just tell me the results!
'Meu Deus, o pobre doutor ia somente me dizer os resultados!'

- (14) Had I run into the rarest of species, one most people would have thought was extinct in the western world: a **poor** (σ^x) doctor.
'Encontrara uma das espécies mais raras, uma que muitos pensavam estar extinta no mundo ocidental: um médico pobre.'
- (15) A **poor** (σ^f) doctor, dentist or nurse can cause huge harm to a patient in 16 minutes let alone 16 weeks.
'Um médico, dentista ou enfermeiro ruins podem causar grandes danos a um paciente em 16 minutos, que dirá em 16 semanas.'

Em (13), o falante expressa sua simpatia pelo doutor a que se refere. Em (14), o adjetivo indica uma propriedade da entidade a que se refere: essa entidade é um médico e é pobre. Em (15), o modificador tem um escopo mais restrito: é a "medicalidade", a capacidade em ser um médico, que é modificada pelo adjetivo. Hengeveld traz outras características desses modificadores, contrastando o uso dos modificadores *poor* e *rich* em diferentes contextos:

- (16) a. Poor man!
b. *Rich man!
- (17) a. The doctor is poor.
b. The doctor is rich.
- (18) a. He made a poor doctor.
b. *He made a rich doctor.

Na língua inglesa, *rich* não pode ter outro significado a não ser o relacionado à situação econômica. O fato de que podemos usar *poor* e não *rich* no exemplo (16) mostra que apenas um adjetivo interpessoal pode ser usado em exclamações. O exemplo (17) mostra que ambos os adjetivos podem ser utilizados na camada do indivíduo (x), excluindo o significado de "pena" e o significado de "incompetente". O exemplo (18) mostra que no contexto *He made a ... N* (Ele se tornou um...), que força uma leitura de baixo escopo para o adjetivo, apenas a modificação de referência é possível.

A existência de adjetivos subjetivos também pode ser comprovada por meios gramaticais. Na língua portuguesa, um fato que parece caracterizar a subjetividade do

adjetivo é sua posição anterior ao núcleo, como demonstrado nos exemplos (11) e (12) acima. Entretanto, essa não é a única característica relevante. Hengeveld e Mackenzie explicam que somente os modificadores subjetivos podem ser aplicados a nomes próprios e pronomes pessoais, ambos inseridos no Nível Interpessoal. Modificadores de camadas mais baixas não podem atuar em núcleos de níveis mais altos e, portanto, há uma distinção entre adjetivos que podem atuar sobre núcleos de Subatos Referenciais (subjetivos) e adjetivos que podem atuar sobre núcleos de Indivíduos, que se localizam no Nível Representacional (objetivos). Essa característica parece ser relevante não somente ao inglês. Um exemplo em português da aplicação de um adjetivo subjetivo aplicado a um item do Nível Interpessoal segue abaixo:

(19) **Pobre José.** As costas doíam, e sabia que, se deitasse, não dormiria.

3.4. Subjetividade em modificadores de indivíduo

O grau de subjetividade de modificadores na camada do indivíduo (x) é prevista na GDF. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p.242), “como regra geral, qualificações mais objetivas tendem a aparecer mais próximas do núcleo do que as qualificações mais subjetivas, como em *a beautiful old Swiss gold watch* [um velho e bonito relógio suíço de ouro], em que a sucessão de modificadores refletem a crescente objetividade da descrição.”

Os autores da GDF não oferecem mais informações a respeito dessa ordenação dos adjetivos e o grau de subjetividade dessas qualificações, o que indica que ainda é necessário mais pesquisas nessa área, especialmente considerando-se que nem todas as línguas apresentam essa característica, como parece ser o caso do português.

4. A distinção Subjetivo x Objetivo

Embora tenham apresentado alguns itens de expressão da subjetividade, Hengeveld e Mackenzie não deixam claros os critérios utilizados ou mesmo a definição do que é a subjetividade. À primeira vista, o conceito de subjetividade parece estar ligado somente à manifestação de uma atitude do falante com relação ao enunciado, o que garantiria, por exemplo, a classificação de certos adjetivos como modificadores de Subato Referencial (R), e não como modificadores de Indivíduos (x).

Rijkhoff (2008) faz uma crítica à classificação diferenciada desses adjetivos, como *poor*, que podem tanto assumir um sentido de expressão de simpatia (“digno de dó”, no caso) ou um sentido mais “tangível” (“com pouco dinheiro”). O argumento sustentado por Rijkhoff é que um modelo em camadas de qualquer estrutura linguística deve refletir as diferenças no escopo semântico que existe entre as várias categorias de modificador. Para o autor, o escopo semântico de *poor*, nos dois sentidos possíveis para esse adjetivo, é sempre o substantivo (*noun*) (RIJKHOFF, 2008, p. 9). O autor reconhece, ainda, que isso não quer dizer que todos os adjetivos são tratados da mesma forma. É sabido, por exemplo, que as propriedades denotadas por “satélites qualificacionais” (ou modificadores, na terminologia da GDF) variam de sentidos mais objetivos/permanentes (ex: “mesa redonda”, “banco de madeira”) até sentidos mais subjetivos/temporários (ex: “fruta madura”, “livro novo”, “boa ideia”), fazendo com que, no inglês, isso se reflita iconicamente na ordem relativa ao núcleo nominal, resultando no estranhamento de enunciados como “*Where did you buy that round beautiful table?*”, em oposição ao enunciado mais aceitável “*Where did you buy that beautiful round table?*”. Desse modo, a simples avaliação subjetiva do falante não garantiria um status diferenciado para o modificador.

Contudo, os autores da GDF não sustentam a análise do modificador de Subato Referencial somente com base na expressão da atitude do falante. Como dito anteriormente, esses modificadores comportam-se de maneira diferenciada, podendo ser atribuídos, inclusive, a nomes próprios, que não apresentam conteúdo semântico, revelando, assim, sua diferença no escopo da modificação.

É importante notar que Hengeveld e Mackenzie argumentam que realmente há uma diferença no grau de subjetividade entre os modificadores na camada do indivíduo (x), como visto na seção 3.4, acima. Os autores defendem que a sucessão de adjetivos em inglês reflete o grau de subjetividade das qualificações. Essa diferença, no entanto, não reflete uma mudança com relação à localização dos modificadores em camadas distintas. Mesmo Rijkhoff, ao comentar sobre a distinção entre os satélites qualificacionais, não tem outra saída a não ser utilizar os predicados “subjetivo” e “objetivo” para relatar essa diferença.

A distinção entre adjetivos subjetivos e objetivos, portanto, torna-se mais aplicável ao adotarmos a posição de que, necessariamente, deve haver características gramaticais diferentes que realizam cada forma, não necessariamente relacionadas à camada de atuação do item em questão. No caso dos modificadores na camada do Indivíduo (x), a

diferença gramatical se dá pela ordem dos adjetivos em relação ao núcleo, como podemos observar no exemplo (20), abaixo:

- (20) A nice long red metal box can inspire all sorts of creativity.
"Uma bela caixa metálica, comprida e vermelha pode inspirar todo tipo de criatividade."

Nesse exemplo, podemos observar que o modificador mais subjetivo, *nice* 'bela', localiza-se na posição mais periférica em relação ao substantivo, enquanto o modificador mais objetivo, ou permanente, localiza-se mais próximo ao substantivo. Essa característica também pode ser observada em outros itens subjetivos, como os modificadores de atitude subjetiva com relação ao Conteúdo Comunicado, que tendem a assumir uma posição periférica nas orações em que atuam (exemplo extraído da internet):

- (21) Felizmente, o talento ainda é capaz de dar vitórias

A distinção gramatical na definição de subjetividade, discutida acima, parece ser vantajoso para evitar debates fundados apenas na interpretação semântica. Por exemplo, a beleza física pode ser julgada como sendo tão subjetiva quanto ao caráter de bondade de uma pessoa, afinal, ambos os julgamentos são fundamentados em padrões concebidos por cada indivíduo. Por outro lado, sendo um julgamento baseado em padrões, que são gerados por comunidades (históricas, sociais, etc.), podemos afirmar igualmente que esses julgamentos nada têm de subjetivos. Em espanhol, ambos os julgamentos são realizados pelo adjetivo *buena*. A ambiguidade do adjetivo parece ser resolvida em espanhol pela posição do adjetivo, como mostram os excertos abaixo, retirados de um site de resolução de dúvidas (<http://ar.answers.yahoo.com/question/index?qid=20100623101753AAmwA3n>), sobre a diferença entre *una buena mujer* e *una mujer buena*.

- (22) una buena mujer es alguien que actua con decencia, con etica, con buen sentimiento e inteligencia. una mujer buena puede ser lo mismo... pero el los hombres puede representar una mujer llena de bolas..pechos granse [grandes, sic] nalgonaa..etc... que por cierto cero cerebro

una buena mujer es para siempre
una mujer buena es de repente

buena mujer ama de casa

mujer buena stripper

Assim como no português e no inglês, *buena* pode ser aplicado a nomes próprios (como em *buena Maria*), mas somente com o sentido de pessoa bondosa, o que mostra que o julgamento sobre as qualidades morais de uma mulher em espanhol é diferenciado do julgamento sobre as características físicas. Como visto no primeiro excerto do exemplo (22), *una mujer buena* pode também ser uma pessoa com virtudes morais, mas *una buena mujer* não pode ser entendido como uma pessoa com atributos físicos desejáveis. Isso indica que a posição do adjetivo parece ser extremamente relevante na interpretação do falante sobre a subjetividade do julgamento. Como o primeiro excerto explica, o julgamento parece baseado em evidências visuais, disponíveis para todos, como peitos e nádegas grandes. Ainda que não seja o padrão de beleza para todos, qualidades físicas são visualmente perceptíveis e, portanto, entendidas como mais objetivas. Da mesma forma, características como idade e tamanho (*old* e *little*) também são entendidas como mais objetivas e apresentadas como tal seguindo as características canônicas do adjetivo, como a inaplicabilidade a nomes próprios e pronomes.

Os critérios gramaticais não se aplicam somente a modificadores subjetivos na camada do Subato Referencial, podendo ser aplicados também para diferenciar tipos de modalidades. A modalidade, como dito anteriormente, é uma área complicada e muitos autores tendem a discordar com relação à classificação de modalidades subjetivas e objetivas. Verstraete (2001) apresenta uma análise das classificações das modalidades em subjetivas e objetivas, propondo uma abordagem a qual ele denomina semiótica, que considera necessário avaliar tanto aspectos semânticos, quanto gramaticais, para identificar itens subjetivos e objetivos dentro do campo modal. Essa prática parece ser extremamente válida, uma vez que, por meio dos testes gramaticais, ela torna possível o acompanhamento da avaliação desses itens, podendo até mesmo ser contestada, à luz de novas evidências gramaticais, evitando, dessa forma, o debate concentrado somente a questões sobre a interpretação da semântica desses itens.

Primeiramente, Verstraete apresenta uma descrição de quatro abordagens do tratamento das modalidades: a de Halliday (1970), a de Lyons (1977), a de Foley e Van Valin (1984) e a de Hengeveld (1987, 1988, 1989). O autor resume as quatro abordagens no seguinte quadro (VERSTRAETE, 2001, p.1516):

HALLIDAY	Subjetivo	Interpessoal (epistêmico, deôntico)
	Objetivo	Ideacional (dinâmico, deôntico)
LYONS	Subjetivo	Trópico (epistêmico)
		Nêustico (deôntico)
	Objetivo	Nêustico (epistêmico)
		Frástico (deôntico, dinâmico)
FOLEY AND VAN VALIN	Subjetivo	Periferia (epistêmico)
	Objetivo	Centro (deôntico, dinâmico)
HENGEVELD	Subjetivo	Interpessoal (epistêmico)
	Objetivo	Ideacional (epistêmico, deôntico, dinâmico)

Verstraete apresenta, em seguida, diversos tipos de testes gramaticais para a definição de modalidades subjetivas e objetivas, tais como a ocorrência do modal em contextos interrogativos e expressão de tempo. O teste de contextos interrogativos mostra que um modal subjetivo não pode ocorrer em um contexto interrogativo sem alterar o aspecto performativo do modal. A diferença entre distinções deônticas subjetivas e objetivas pode ser observada nos exemplos abaixo:

- (23) There is a crisis and he **must** act now.
“Há uma crise e ele deve agir agora”
- (24) **Must** the minister act now?
“O ministro deve agir agora?”
- (25) Brake shoes **must** always be renewed in sets of four
“Sapatos de freio precisam sempre ser trocadas em grupos de quatro”
- (26) Must brake shoes always be renewed in sets of four?
“As sapatas de freio precisam sempre ser renovadas em grupos de quatro?”

Nesses exemplos, a orientação da avaliação deôntica expressa em (23) é direcionada ao ouvinte em contextos interrogativos como em (24), indicando a natureza subjetiva desse tipo de modal, uma vez que não é possível que o falante questione sua própria avaliação. O enunciado interrogativo em (24) pode ser parafraseado como “Você deseja que o ministro aja agora?”. No enunciado (26), entretanto, o questionamento se refere ao valor de verdade da avaliação expressa no enunciado afirmativo (25), podendo ser parafraseado como “Você acha que é verdade que as sapatas de freio devem sempre ser renovadas em grupos de quatro?”

O teste de expressão de tempo, por sua vez, consiste na observação de que um modal subjetivo não pode sofrer distinções de tempo, enquanto modais objetivos podem.

Sendo diretamente relacionados ao falante, modais subjetivos sofrem uma mudança de significado quando submetidos ao tempo passado. Por exemplo, o modal *might* não se refere necessariamente a uma possibilidade em uma situação passada, enquanto *could* se refere a uma avaliação de uma habilidade que o falante (ou outro participante do discurso) tinha no passado.

(27) He may come.

He might come.

“Ele pode vir” (Em ambos enunciados, a vinda do indivíduo é uma possibilidade presente)

(28) He can eat a whole pie.

“Ele pode comer uma torta inteira” (habilidade presente)

He could eat a whole pie, but now he can't.

“Ele podia comer uma torta inteira, mas agora não pode mais”

Depois de apresentar os diferentes testes gramaticais para diferenciar as modalidades subjetivas e objetivas, Verstraete apresenta o seguinte quadro final:

Tipo de modalidade	Subjetivo	Objetivo
Epistêmica	+	-
Deontica	+	+
Dinâmica	-	+

O autor, embora reconheça a possibilidade de uma leitura objetiva para os modalizadores epistêmicos, afirma que não há evidências gramaticais suficientes que sustentem essa leitura.

A discussão da subjetividade e objetividade baseada não somente em interpretações semânticas, mas também em evidências gramaticais, possibilitou a contestação da classificação de Verstraete, realizada em Nagamura (2011), mostrando que a existência da modalidade objetiva proposta por Hengeveld é possível nos próprios termos propostos por Verstraete. Os testes gramaticais de negação e coocorrência mostram a existência de comportamentos distintos para modalizadores epistêmicos subjetivos e objetivos. O teste de negação mostra que modais epistêmicos subjetivos não

podem ser negados, enquanto os objetivos podem. Isso pode ser observado nos exemplos abaixo:

- (29) Esse foi provavelmente o maior impacto em suas operações.
*Esse foi improvavelmente o maior impacto em suas operações.
- (30) É provável que o endurecimento de pena não reduza o tráfico
É improvável que endurecimento de pena não reduza o tráfico.

O teste de coocorrência, por sua vez, mostra que os dois tipos de modal epistêmico podem coocorrer no mesmo enunciado, indicando, portanto, sua natureza diversa:

- (31) Talvez seja possível que o relatório aponte como culpado aquele terremoto que teve lá no Peru.

Uma abordagem que considere evidências gramaticais, portanto, facilita o desenvolvimento de discussões mais produtivas, em que os argumentos propostos são mais agilmente verificáveis.

5. Considerações Finais

A concepção de subjetividade proposta por Kristeva, embora útil para área da Análise do Discurso, apresenta dificuldades para o estudo da subjetividade sob a ótica da GDF, em razão do fato dessa concepção ser, de fato, muito ampla. Para os nossos propósitos, a concepção apresentada por Lyons (a qual repetimos abaixo) talvez seja mais interessante:

a forma em que as línguas naturais, em sua estrutura e sua maneira normal de operação, fornecem meios para o agente locucionário expressar a si mesmo e suas atitudes e crenças. (LYONS, 1977, p. 102, apud FINEGAN, 2005, p.2-3)

Enfatizamos que a subjetividade se dá por meio de escolhas linguísticas realizadas pelo falante, disponíveis na estrutura da língua, evitando-se, assim, a ideia de que a subjetividade pode ser a simples expressão do pensamento do falante.

Vimos, na análise apresentada, que a definição da subjetividade como expressão do falante pode apresentar o inconveniente de se limitar a uma interpretação semântica, o

que resulta em debates menos produtivos, em comparação ao confronto de evidências gramaticais, que resulta ser mais produtivo.

Evitar categorizações essencialistas, portanto, parece ser o caminho mais adequado para o tratamento da subjetividade. Dito de outra maneira, uma determinada forma não expressa o “ser” do indivíduo, mas sim, de indica sua intenção de que aquela forma seja entendida como subjetiva.

Essa forma subjetiva, ao que parece, somente pode ser compreendida como tal em razão da existência de formas menos subjetivas, ou objetivas. Acredito, portanto, que a subjetividade somente possa ser definida em um contínuo, em que o polo subjetivo é definido pelo contraste a uma possibilidade objetiva, em que as diferentes gradações são percebidas não somente pelo conteúdo semântico, mas também em diferenças formais, gramaticalmente relevantes.

Um dos caminhos possíveis para o estudo da GDF, portanto, é um estudo que não apenas identifique elementos que expressam a atitude do falante, mas também identifique evidências gramaticais que sinalizem a interpretação desses elementos como subjetivos, diferenciando-os de um uso menos subjetivo.

Referências

CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. 1995. 163f. Tese (Doutorado em Letras: Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.

FINEGAN, E. Subjectivity and subjectivisation: an introduction. In: STEIN, D.; WRIGHT, S. (editors). *Subjectivity and subjectivisation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p.1-15.

FOLEY, W.; VAN VALIN, R. D. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HALLIDAY, M. A. K. Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English. In: *Foundations of Language*, 6, 322-361, 1970.

HENGEVELD, K. Clause structure and modality in Functional Grammar. In: AUWERA, J. Van der; GOSENS, L. (Eds.). *Ins and outs of predication*. Dordrecht: Foris, p.53-66, 1987.

_____. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. In: *Journal of Semantics*, 6, p.227-269, 1988.

_____. Layers and operators in Functional Grammar. In: *Journal of Linguistics*, 25, p.127-157, 1989.

_____. Mood and Modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Ed.). *Morphology: A handbook on inflection and word formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p.1190-1202

_____. The noun phrase in Functional Discourse Grammar. In: *Noun phrases in Functional Discourse Grammar*. VELASCO, D. G.; RIJKHOFF, J. (eds.). Berlin: Mouton de Gruyter, 2008.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

NAGAMURA, G. H. *Análise funcional dos evidenciais e modalizadores no discurso da autoajuda da saúde*. 2011. 89f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2011.

RIJKHOFF, J. Layers, levels and contexts in Functional Discourse Grammar. In D. García Velasco and J. Rijkhoff (eds.). *The Noun Phrase in Functional Discourse Grammar* [Trends in Linguistics. Studies and Monographs 195], 63-115. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 2008.

VERSTRAETE, J. C. Subjective and objective modality: Interpersonal and Ideational functions in the English modal auxiliary system. In: *Journal of Pragmatics*, 33, p.1505-1528, 2001.